

O Brasil que Lula herdará em 7 gráficos

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Lula vai às eleições e será o novo presidente a partir de 2023. Como é o Brasil que Luiz Inácio Lula da Silva (PT), eleito presidente da República neste domingo (30/10), vai liderar em 2023? O PT conquistou 50,85% dos votos, 49,15% de seu adversário, o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL). Neste momento, há cerca de 12 governadores no Brasil. Em seguida, a BBC News Brasil mostra, a partir de 7 gráficos, conhecimento que mostra o cenário da economia, saúde, escolaridade e proteção pública, e as situações exigentes nesses espaços para o governo do PT, que tomará posse em 2023. Depois que o Brasil registrou inflação de dois dígitos, juros e desemprego, alguns sinais da economia mostraram melhora: a projeção do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de inflação e o desemprego são eles. No entanto, o combo esperado para o ponto de inflexão de 2022 a 2023 continua sendo uma expansão menor do que os países vizinhos, a inflação acima da meta e um desafio na criação formal de empregos. Além disso, o próximo governo terá a tarefa de comissionar decisões aplicáveis aos cofres públicos e à vida da população, como a longa carreira do Auxílio Brasil, promovida na véspera da eleição. João Fellet analisa como os brasileiros atingiram o grau de divisão existente. Episódios Fim do podcast Nos últimos meses, as expectativas do mercado monetário aumentaram em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços do país) no final do ano. A projeção, que em julho ficou abaixo de 2%, agora está em 2,76%, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central em 24 de outubro. Para 2023, espera-se expansão de apenas 0,63%. É para a projeção do Banco Central, que no final de setembro elevou a estimativa de expansão para este ano para 2,7%. Para 2023, no entanto, prevê uma desaceleração da economia em relação a 2022, com expansão do PIB de 1%. No entanto, o conhecimento negativo veio recentemente: o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (CBI-BR), a “perspectiva” do PIB, registrou contração de 1,13% em agosto, em relação a julho. Esta é a maior queda mensal do indicador desde março de 2021, quando caiu 3,6%. Mas como é o Brasil para outros países? Em agosto, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) fez uma comparação das previsões de expansão dos países da região, o que inclui uma previsão de menos de 2 centavos de dólar consistente com a expansão brasileira este ano. A comparação mostra que o Brasil perde para países como Venezuela, Colômbia, Uruguai, Bolívia e Argentina. Analistas apontam que a América Latina tem um privilégio sobre os países europeus porque é menos afetada diretamente pelos efeitos da guerra na Ucrânia. A inflação passou de 2020 para o início de 2022, superando os 12% em abril na taxa de 12 meses. Esta é a inflação em um ano desde outubro de 2003. Após esse pico, a inflação do HICP começou a cair e, em agosto de 2022, caiu para dois dígitos pela primeira vez em um ano (8,73% em 12 meses). Em junho, o Banco Central admitiu oficialmente que a meta de inflação para 2022 seria cumprida por enquanto por um ano consecutivo, ao mesmo tempo em que prevê um aumento no valor de 8,8% para 2022. A meta central de inflação para este ano é de 3,5% e continuará a ser oficialmente alcançada se permanecer entre 2% e 5%. Então, em setembro, o estabelecimento reduziu a estimativa para este ano para 5,8% e diz que há 93% de estar acima da meta. A revisão do Banco Central da estimativa de aumentos de valor ocorreu após a redução de necessidades básicas, como combustíveis e energia elétrica – além de sucessivos descontos via Petrobras sobre os valores dos combustíveis – que têm efeito direto e oblíquo sobre a inflação, por meio dos valores de outros produtos. Para 2023 não há previsão de melhora significativa do índice na taxa prevista para 2022 – o Banco Central prevê uma PMF de 4,6% para o próximo ano. E a expectativa do mercado monetário é um pouco maior: 4,94%, segundo o Boletim Focus de 24 de outubro. Além de corroer o poder de compra dos trabalhadores, os custos emergentes têm algum outro resultado de elevar as taxas de juros. Isso porque, nesses casos, o Banco Central eleva a taxa básica de juros, a Selic, na tentativa de acelerar a alta. em custos Desde março de 2021, a taxa básica de juros aumentou 12 vezes seguidas. No período consistente, subiu para 11,75, em linha com problemas percentuais, o maior e mais longo ciclo de pico desde 1999. Em setembro, o Banco Central manterá a taxa Selic em 13,75% em relação ao ano. E ele manteve-o no mesmo ponto na reunião de outubro. A taxa de desemprego é outro indicador que atingiu

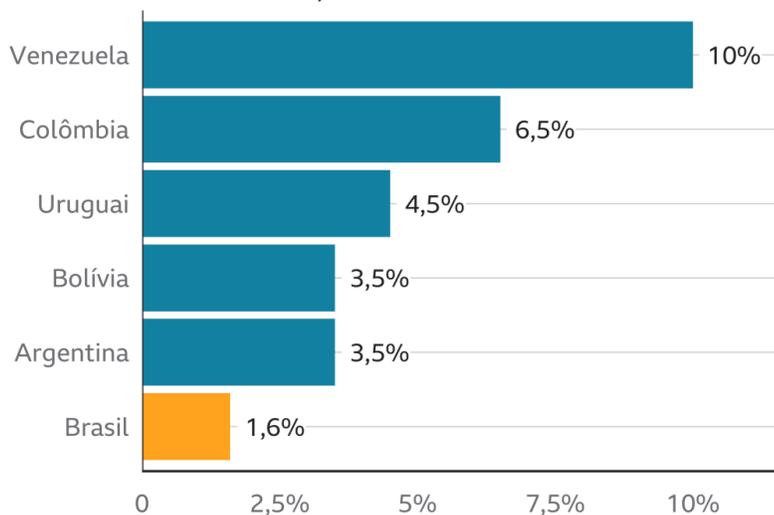
um recorde durante a pandemia e começou a cair recentemente, embora economistas apontem para o peso dos empregos não declarados nesse processo. No primeiro trimestre de 2021, o IBGE registrou a maior taxa de desemprego da série antiga iniciada em 2012, com quase 15%, e também o maior número de desempregados: 14,8 milhões de pessoas. Depois desse pico, começou a cair e deixou qualquer um dos dígitos. O conhecimento máximo recente divulgado pelo IBGE mostra que, no trimestre encerrado em setembro, a taxa de desemprego continuou caindo para 8,7%. Esta é a menor taxa desde o trimestre encerrado em junho de 2015 (8,4%). Setor 13,2 milhões, o maior da série antiga, iniciada em 2012. Cinco anos após a reforma do trabalho árduo, espera-se que a criação de tarefas formais seja um desafio para o presidente eleito e para o Congresso Nacional. Na proposta do governo Lula, ele defende a criação de tarefas e fala em revogar “as etapas regressivas da legislação trabalhista existente, irritada com a reforma mais recente e restaurando a Justiça do Trabalho”. Ele ressalta que “o novo governo vai propor, com base em um amplo debate e negociação, uma nova lei trabalhista que conceda cobertura social prolongada a toda a burocracia da ocupação, emprego e relacionamento laboral”, com especial atenção “aos trabalhadores autônomos, -Teletrabalho assalariado, doméstico e array e doméstico, mediado por meio de programas e burocracia de plataformas”. Na proposta do governo Bolsonaro, ele falou de movimentos de combate ao trabalho casual. “A estratégia de inclusão e combate ao acaso terá que ser sábias oportunidades contratuais que reconheçam a verdade desses funcionários nas regiões onde vivem, agregando pessoal por meio de aplicativos e pessoal rural. , entre outros”, diz o texto. Ele também acrescentou que “é avançar na agenda de empregabilidade de jovens e mulheres”. Embora conhecido por sua produção agrícola superior, o Brasil não conseguiu alimentar sua população, e até retornou ao Mapa da Fome, segundo as Nações Unidas. Segundo pesquisa da FGV Social. E o desafio afeta basicamente as mulheres: o ponto de desconfiança alimentar é sólido entre os homens, mas aumenta de 33% para 47% entre eles. Os pesquisadores observaram que a diferença de gênero na confiança alimentar em 2021 é 6 vezes maior no Brasil do que a média global. Deve-se lembrar que esse conhecimento se refere a um momento crítico da pandemia, que tem perturbado os transtornos existentes no país. Os dados deste ano, no entanto, indicam que, até 2022, mais 33,1 milhões de pessoas não terão o que comer, segundo a Rede Penssan(Rede Penssan). A mesma pesquisa destaca que a fome não é apenas sexo, mas cor: 65% das famílias chefiadas por negros e pardos convivem com uma restrição nutricional. E as medidas de movimento de renda não ajudaram a reduzir a taxa de pobreza? Sim, mas podem ter efeitos maiores, disse à BBC News Brasil o economista Marcelo Neri, referência no quadro e diretor da FGV Social. “O auxílio emergencial levou a pobreza ao ponto mais baixo da série histórica desde que foi gerada no Brasil. Menos desigualdade, mas pobreza segura. “ O desafio é o que ele chamou, em publicação pela FGV, de “montanha-russa da pobreza”, na qual a equipe de Neri destaca a falta de estabilidade no momento da pobreza – e lembra que a estabilidade é básica para o bem-estar social. “A pobreza caiu, depois subiu e agora não sabemos exatamente o quanto ela caiu, ainda não temos conhecimento para 2022. Mas sabemos que pode cair mais, as ferramentas não são muito apertadas. dos recursos que gastamos, é possível que mais sejam transferidos”, diz Neri. A pobreza atingiu um recorde de baixa de 3,9% em agosto de 2020, após o início dos socorros de emergência. No entanto, em março de 2021, quando as contas de benefícios foram suspensas, a taxa chegou a 13,2%, uma alta de todos os tempos na série iniciada em 2015. Neri também observa que um extenso estudo dos dados da pobreza mostra que ele “sempre cai em um ano eleitoral” e que, até agora, na maioria das vezes, retornou após o ano eleitoral. O economista, que foi ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz que o auxílio recém-criado tem a qualidade de ser “generoso” – referindo-se ao montante de R\$ 600, mas ressalta que o desafio para o próximo presidente, além de enfrentar a “preocupante” instabilidade da pobreza, Será o projeto do programa. Ele considera que o Bolsa Família não fez “mais”, mas fez “melhor” do que o Auxílio Brasil. Uma das críticas que não concorda com o projeto existente é que ele gera uma situação em que um círculo de parentes de um usuário e outro de 4 membros pode obter o mesmo preço ou preço semelhante, deixando as maiores famílias com um preço decrescente de acordo com o usuário. A definição da fonte de longo prazo das transferências de receitas será acompanhada pelo desafio de equilibrar as contas públicas, com reflexos na arrecadação de impostos e nas prioridades dos gastos públicos. Após o tempo da pandemia, a crise escolar continua e deixa muitos desafios urgentes, segundo especialistas. Uma pesquisa realizada em agosto pelo Ipec para o UNICEF mostra que 2 milhões de mulheres e crianças de 11 a 19 anos que ainda tinham concluído o ensino fundamental abandonaram a escola no Brasil. A pesquisa mostrou que 11% dos jovens e adolescentes estão fora da escola no país. E o desafio é 4 vezes maior nas categorias D e E – onde esse percentual chega a 17% – do que nas categorias A e B, com 4%. E 21 dos entrevistados disseram que nos últimos 3 meses tiveram uma ideia de abandonar a escola. Entre os que

não estão mais na escola, o máximo citou uma explicação para o abandono de uma escola “porque tinham que pintar fora de casa”. Não ser capaz de cumprir explicações ou atividades. até 30%. E 29% também disseram que “a escola não retomou as atividades presenciais”. O desejo de cuidar dos familiares discutiu por 28%, além da falta de transporte (18%), gravidez (14%), demandas por incapacidade (9%), racismo (6%), entre outros. Mas o que esse número de não escolaristas representa? Diz Priscila Cruz, presidente do movimento Todos Pela Educação: “Se você acredita que uma criança ou um jovem usuário com baixo nível de escolaridade – abaixo do fim do ensino médio – significará para sua vida: subemprego, dificuldade de integrar economicamente e ter sua dignidade a garantia fundamental máxima – como alimentação, moradia – e também gera outros efeitos, Como uma gravidez precoce”, explica Cruz. “Para o país, (o efeito é) menos atividade econômica, maior concentração de renda, maiores índices de violência, democracia enfraquecida, cidadania enfraquecida. “ É por isso que ele descreve o cenário como uma “bomba social e econômica”. “Como se trata de uma bomba de fogo lento e explosões ao longo do tempo, a empresa não percebe que essa bomba explode. Há várias bombas explodindo todos os dias”, disse ele, levantando jovens nas ruas e trabalho infantil. Como uma das questões urgentes, Cruz destaca a necessidade de investir em alimentação escolar e infraestrutura escolar. “Vivemos em uma era com escolas fechadas, deterioradas, com cortes no dinheiro para o almoço, com aumento do número de jovens em famílias inseguras. Então, tudo isso nos obriga a investir nesse programa que é dignidade: ter uma escola permanente. “e uma escola permanente para meninas”, disse ela, que passou parte de 2021 e este ano visitando escolas em todo o país. Outra tarefa do próximo presidente, segundo ela, é restabelecer a colaboração entre União, Estado e municípios — “espinha dorsal” da política da educação básica, tarefa dos três entes da federação. “O primeiro ato do novo presidente da República, na minha opinião, deveria ser chamar os 27 governadores para uma mesa para estabelecer o federalismo na educação brasileira.” Além de recuperar as perdas dos últimos anos, Cruz diz que o governo também deve “colocar em prática uma agenda sistêmica de políticas educacionais baseadas em evidências e nas boas experiências brasileiras — a implementação do novo ensino médio, política de primeira infância, política de formação continuada de professores, além de ampliar a oferta de educação profissional e técnica nas áreas da economia do século 21.” A pandemia escancarou e agravou diversas dificuldades do Brasil na área da saúde, além de destacar diferenças regionais. A médica, professora da Unicamp e presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Rosana Onocko Campos, define a aptidão existente no Brasil como “um colapso total e irrestrito de tudo o que estávamos fazendo funcionar”. Para Campos, “desde 2016 (ano do limite de gastos proposto), estamos indo ladeira abaixo”, situação que se destaca e que vem sendo incomodada pela pandemia. Acrescenta que há “uma intencionalidade” por parte do governo para “destruir os desordens da fórmula que funciona”, e cita “falta de financiamento do cuidado número um, acrescentando a destruição de fórmulas de dados, atrasos na compra de vacinas e ataques à estabilidade do pessoal de fitness em meio a uma pandemia”. O professor diz que o Brasil terá que “trocar o pneu do carro com o carro funcionando”, destacando a necessidade de ampliar a oferta de grupos de fitness familiar e garantir que os grupos possam, de fato, funcionar contra determinadas prioridades. O primeiro passo, para Campos, é “ter um comando no país”, referindo-se ao Ministério da Saúde. Uma das muitas figuras que revelam as situações de saúde exigentes do próximo presidente é a queda na política de vacinação nos últimos anos. Embora os dados recentes sejam parciais, é possível ver um declínio desde 2018 na proporção da população vacinada. Em agosto deste ano, a Fiocruz ressaltou que a política de vacinação no Brasil “está em taxas alarmantes” e fez uma cruzada de vídeos para alertar a população de que as vacinas têm o projeto para o corpo humano, treinando a fórmula imune para combater vírus e bactérias que desafiam o público. fitness – salva você da doença e da morte. Campos atribui o alívio na política de imunização não apenas à negação que afeta vários países, mas diz acreditar que “a maior parte da queda na vacinação se deve à falta de reativação das campanhas escolares que anunciam a vacinação” e defende a necessidade de exigir a vacinação. aos benefícios sociais. Ele também observa que um passo adiante no atendimento número um também ajudaria a garantir uma fonte mais eficaz de vacinas para a população. O declínio da política de vacinação levou os pesquisadores a alertar para a ameaça do retorno de doenças erradicadas, como a poliomielite. O Brasil foi considerado frouxo em 1994, mas a Fiocruz alerta que a doença, também conhecida como poliomielite ou paralisia infantil, “é muito provável que seja reintroduzida no país”. No domínio da segurança pública, a notícia é que houve uma redução na taxa de mortes violentas intencionais no Brasil. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o pico de violência fatal ocorreu em 2017, quando o país registrou 30,9 mortes violentas intencionais (homicídios) compostas por 100 mil pessoas. Em seguida, houve tendência de queda e, em 2021, a taxa 22,3, um alívio de 6,5% em relação a 2020. Duas questões centrais que resultam, segundo David Marques, coordenador do projeto

do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: as políticas públicas do Estado (com alguns conjuntos da federação, segundo ele, fazendo um investimento em tintas e equipamentos) e a dinâmica do crime organizado: em 2017, ele lembra que houve “desdobramentos de um confronto em larga escala entre o PCC e o Comando Vermelho para o controle das estradas no Centro-Oeste”. No passado, Bolsonaro atribuiu o alívio das mortes à liberação de armas, mas especialistas disseram que mais armas representam uma ameaça maior para a sociedade. Analistas têm atribuído a tendência de queda dos assassinatos no Brasil a pontos como a profissionalização do mercado brasileiro de drogas. , a criação no nível federal do sistema único de segurança pública, maior governança e influência sobre os criminosos, uma trégua nos conflitos entre facções e a redução do número de jovens na população. Mesmo essa melhora na taxa nacional, no entanto, não é suficiente para colocar o Brasil em um nível inteligente. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública destaca que, na comparação externa, “é transparente o quanto estamos de qualquer referência à civilização da humanidade e que, no conceito de nação não violenta, estamos vivendo uma crise profunda e covarde”. de indiferença e brutalização das relações sociais cotidianas. “ E qual é o papel do governo federal nesse cenário? Segundo Marques, além de ter suas forças policiais — como a Polícia Federal — “o governo federal tem os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e cabe a ele, por meio desse instrumento de investimento, coordenar e inspirar políticas públicas”. – Este texto publicado em [https://www. bbc. com/portuguese/brasil-63096483](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63096483) © 2022 BBC. La BBC é culpada pelo conteúdo de sites externos. Saiba mais sobre nossa política de links externos.

Brasil tem projeção de PIB entre menores da América do Sul

Previsão de crescimento, 2022



Fonte: Cepal/ONU

